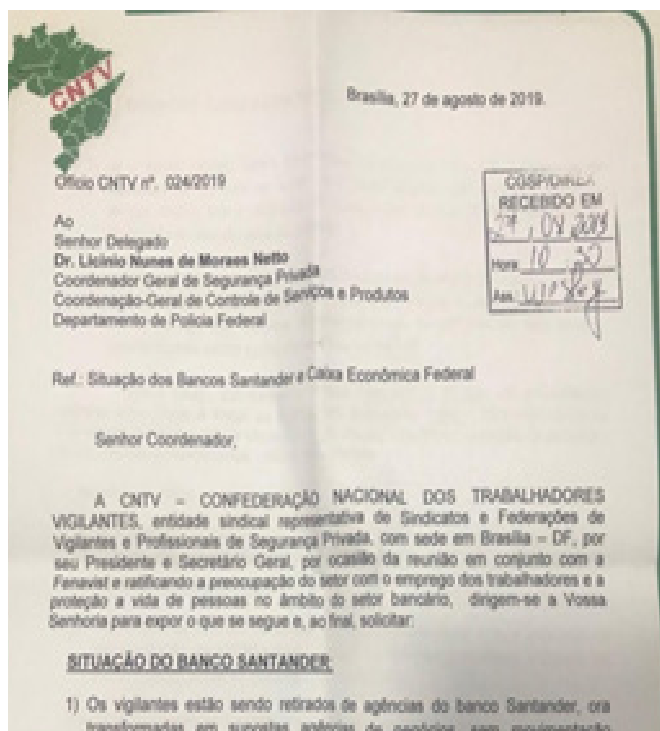




## CNTV E SINDICATOS SE REUNEM COM A POLICIA FEDERAL PELO EMPREGO, SEGURANÇA E DIREITOS DOS VIGILANTES NO SANTANDER, CAIXA E BB



A CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes levou a Coordenação-Geral de Segurança Privada da Polícia Federal em Brasília, na última terça-feira, 27, pedido para que seja fiscalizado diversos bancos em todo o país por transgressões a lei 7.102/83 e descaso com a segurança de bancários, clientes e vigilantes, além de desrespeitar e desempregar vigilantes.

Os casos foram pontuados em documento entregue ao Delegado Chefe:

SANTANDER – Abre agências sem portas de segurança e vigilantes, mas com caixas eletrônicos e movimentação financeira;

CAIXA ECONOMICA FEDERAL – tenta implantar jornada de 6 horas para os vigilantes, mesmo com clientes e movimentação financeira na agência. Esses vigilantes de 6 horas não recebem Ticket Refeição e recebem um salário inferior ao Piso;

BANCO DO BRASIL, CAIXA E SANTANDER – Querem matar os vigilantes de fome, atentam contra a saúde destes quando proíbem o almoço no horário apropriado, mas somente antes da abertura ou após o fechamento das agências.

As ações praticadas pelos bancos fraudam o plano de segurança, fragilizam a proteção de todos, provocam desemprego de vigilantes e atentam contra a saúde e dignidade dos trabalhadores.

A polícia Federal acolheu as denúncias, pediu mais informações e dados sobre os fatos.

ACNTV esteve representada por José Boaventura – Presidente e por Claudio José – Secretário Geral. Da reunião também participaram patrões dirigentes da Federação Nacional das Empresas de Segurança e outras lideranças sindicais de trabalhadores.

**Pelo Emprego.**

**Por mais segurança e respeito a lei.**

Fonte: CNTV

# Mudanças na Previdência são injustas, concordam debatedores na CDH



Para convidados de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, a nova Previdência não combaterá privilégios e o desemprego irá aumentar.

Os dados apresentados pelo Executivo sobre a seguridade social não são reais, na opinião do presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle (Fenafir), Ogib Teixeira de Carvalho Filho. Ele foi um dos debatedores na audiência pública sobre a reforma da Previdência (PEC 6/2019) promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), nesta sexta-feira (30).

Para Ogib, o governo e o sistema financeiro têm feito uma mobilização em massa para convencer a população de que a reforma é um “produto maravilhoso”, sem que haja déficit na Previdência. Ele teceu críticas ao relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-

CE), afirmando que os movimentos sociais precisam ocupar as ruas para protestar contra as mudanças.

— É um projeto de destruição social, destruição da economia. Vamos ter aumento de desemprego e queda expressiva da renda. Não estive com o relator, mas sei que é um empresário, um homem que vive do mercado, e não entende o que está fazendo.

Representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Vilson Romero discordou da justificativa do governo de que a reforma da Previdência ajudará a combater privilégios. Para ele, o novo modelo de seguridade apenas tornará os brasileiros mais miseráveis. O debatedor disse que o Senado tem sido um simples carimbador das decisões do Executivo e considerou as mudanças propostas por Tasso Jereissati “meras superficialidades”.

— A PEC paralela [sugerida pelo relator] é a grande bandeira para aprovação da PEC principal. É um tiro no escuro. Estamos aos vinte minutos do segundo tempo desse jogo e, infelizmente, trabalhando sem mobilização. Talvez, a maioria dos brasileiros morra sem se aposentar — lamentou.

### **Injustiça**

Para o Diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, José Maria de Oliveira, a reforma fará com que aproximadamente 35% dos vigilantes em fase de pré-aposentadoria percam o seu direito. E levantou o questionamento: “Como um velhinho de mais de 65 anos poderá estar na porta de um banco fazendo segurança?”.

Para a secretária geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fátima da Silva, os deputados que votaram favoravelmente à PEC 6/2019 defendem o mercado e são contra o povo pobre do país. Ela disse que as novas regras para a aposentadoria não promovem igualdade, mas mantêm privilégios de classes como a dos militares, por exemplo. Ao afirmar que o modelo chileno de Previdência não deve ser copiado em nenhum lugar do mundo, Fátima defendeu que os direitos dos trabalhadores brasileiros sejam mantidos.

— Aquilo que estão usando contra o servidor público como justificativa para a reforma é uma grande mentira. Essa reforma acabou com a aposentadoria especial do magistério. Uma mulher, por exemplo, precisará ter 57 anos de idade e 40 anos de contribuição, em dedicação exclusiva, para se aposentar. Significa que essa professora terá que começar a trabalhar aos 17 anos. Mas quem é que entra no serviço público com essa idade? — protestou.

Consultor de entidades sindicais, Vladimir Nepomuceno disse que a reforma significa “a morte da Previdência”. Ele criticou a falta de

menção aos portadores de deficiência física no item que trata das aposentadorias especiais. E mencionou que as novas regras ameaçam categorias de trabalhadores como os mineiros, vigilantes e operadores de máquinas de raio-X, que perderão o direito a se aposentar com menos tempo de contribuição.

Na opinião de Nepomuceno, a PEC paralela que será votada pelo Congresso é um erro. Propostas de emenda à Constituição, segundo ele, devem partir do zero, e não constar de uma proposta já em tramitação.

### **Interatividade**

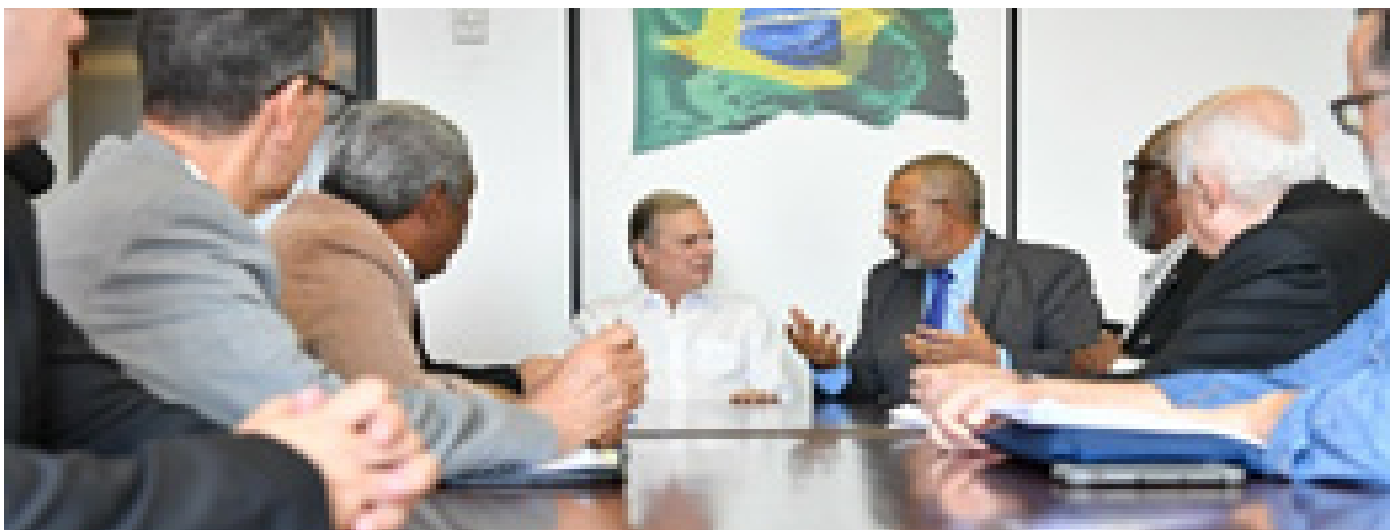
Por meio do portal e-Cidadania, internautas de vários estados encaminharam comentários e questionamentos. Guilherme Reis, do Rio Grande do Sul, considerou a reforma da Previdência um assunto importante para o país, desde que seja observada cautela para não afetar os menos favorecidos. Para Gianette Nogueira De Jesus, de Minas Gerais, a proposta é injusta e prejudica categorias já “sacrificadas”, como a dos professores.

Já o presidente da Comissão de Direitos Humanos e autor do requerimento para o ciclo de debates sobre a PEC 6/2019, senador Paulo Paim (PT-RS), observou que qualquer entidade de caráter nacional pode apresentar propostas junto ao colegiado. Ele lembrou que a reforma da Previdência tem recebido contribuições de diversas entidades, e garantiu que todas as sugestões populares são acatadas, analisadas e recebem o encaminhamento necessário.

— É para usar mais esse espaço aqui. Temos a obrigação de debater e dar espaço para a população, com a certeza de que aqui essas sugestões chegam e têm andamento.

Fonte: Agência Senado

# Tasso recebe sindicalistas para tratar de pontos da reforma da Previdência



**O relator da PEC, senador Tasso Jereissati (de branco)** recebeu sindicalistas para discutir pontos da reforma como tempo de contribuição para a seguridade, aposentadorias especiais e a PEC paralela

O relator da reforma da Previdência (PEC 6/2019), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), recebeu representantes das centrais sindicais nesta quinta-feira (29). O encontro foi organizado pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS).

Eles trataram sobre itens como o cálculo do tempo de contribuição para a seguridade, aposentadorias especiais, como as dos vigilantes, por exemplo, bem como a PEC paralela sugerida por Tasso, que deverá ser votada ainda este ano pelo Congresso. O relator explicou aos sindicalistas que há acordo firmado entre os presidentes do Senado e da Câmara, Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, respectivamente, para celeridade da tramitação da matéria.

Já Paulo Paim informou que um resumo das demandas mais sensíveis

da categoria será enviado para análise de Tasso Jereissati. Ele lembrou que todas as emendas serão recebidas pelo relator da reforma da Previdência em um evento marcado para 3 de setembro, no auditório Petrônio Portela, no Senado Federal.

Fonte: Agência Senado





# Homem trabalhando de vigilante é preso por usurpação da função pública. Entenda o caso!



Parlamentares O site regional de Minas Gerais, Patrocínio, noticiou a prisão de E.L.O., de 56 anos, que conduzia uma motocicleta, fazendo patrulhamento/ronda noturna e simultaneamente utilizando-se de apito como foram de se identificar para seus clientes e mostrar-se no patrulhamento ordinário e ronda.

Segundo a Polícia Militar que fez a abordagem do indivíduo, a situação caracteriza flagrante inobservância à lei n. 7.102/83 e à lei n. 9.017/95, regulamentadas pelos decretos 89.056/83 e 1592/95, que, em regra, permitem a vigilância ostensiva dentro dos limites de estabelecimentos, ou em transporte de valores.

A conduta praticada pelo autor vai de encontro

ao preceito constitucional, estabelecido no art. 144, § 5º – “cabe às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”, (C. F.).

Ainda segundo o site de notícias, o vigilante teria 100 clientes na cidade, recebendo um valor fixo de R\$ 25,00 mensal por cada um dele. O contrato entre as partes é informal.

A PM recolheu a motocicleta, ficando à disposição da autoridade de polícia judiciária, por haver relação com desempenho da usurpação de função e como meio de prova. O apito também foi entregue na delegacia.

Tal acontecimento deve servir de alerta para todos(as) trabalhadores(as) de Vigilância Patrimonial para que não exerça a função de vigilância de forma clandestina, sem respaldo e autorização dos órgãos competentes.

Fonte: SINDSEG GV/ES

# Apaixonado pelo trabalho, agente morto em assalto no Paraná estava prestes a ser pai

**Paulo Roberto Coelho morreu na noite dessa quarta-feira durante um assalto a ônibus em Campina Grande do Sul, no Paraná**

Paulo Roberto Coelho, de 30 anos, era apaixonado pela família e amava a profissão. Esse é o perfil do agente de escolta, morador de Joinville, no Norte do Estado, que morreu durante um assalto a ônibus na noite dessa quarta-feira (28), em Campina Grande do Sul, no Paraná.



Paulo trabalhava há quase ano como agente de escolta – Redes Sociais

Segundo um dos colegas da vítima, que não quis se identificar, Paulo era uma pessoa feliz e estava sempre de bom humor. A vítima trabalhava com escolta desde novembro do ano passado. Antes, ele teria atuado como agente penitenciário no município.

“Além de parceiro de farda, ele era meu amigo pessoal, tinha falado com ele horas antes, é muito complicado receber uma notícia dessa”, disse o colega à reportagem do ND+.

Paulo estava prestes a ser pai. Segundo as informações levantadas pela reportagem, a esposa do agente estava grávida de gêmeos. Ele já é pai de um menino.

A vítima foi atingida com um tiro na cabeça e no abdômen. Ele chegou a enviar áudios em uma rede social pedindo por ajuda. Paulo não resistiu aos ferimentos e morreu a caminho do hospital.

Um cortejo, com o apoio da PRF (Polícia Rodoviária Federal), está programado para acontecer na tarde desta quinta-feira (29). A família está em Curitiba para liberação do corpo. A previsão é que o velório seja realizado ainda hoje.

## Segunda vítima já está em casa

Jean Carlos Griten, o segundo agente que foi atingido pelos disparos, já está em casa. A bala, que acertou a panturrilha da vítima, continua alojada na região. Ele é morador de Massaranduba, no Norte do Estado e não corre risco de morte.



Jean foi atingido com um tiro na panturrilha e passa bem – Redes Sociais

## O crime

O assalto aconteceu na noite de quarta-feira, no km 40, da BR-116, no Paraná. O ônibus saiu de Pelotas (RS) e seguia em direção à São Paulo (SP), quando foi abordado por pelo menos oito suspeitos que exigiram o dinheiro das vítimas. O veículo transportava 60 passageiros.

“A gente começou a escutar estouro, parecia que os pneus estavam sendo furados”, contou Josiane Vieira, uma das passageiras em entrevista para a RICTV.

Paulo e Jean faziam a escolta do ônibus e entraram em confronto com os suspeitos. Passageiros que estavam no veículo também foram agredidos durante a ação dos assaltantes, que fugiram e ainda não foram localizados.

Moradores da região escutaram o barulho dos disparos e filmaram o momento da ação.

Um carro blindado, que foi usado pelos homens no crime, foi encontrado abandonado próximo ao local. Ao todo, quatro carros teriam sido usados na abordagem.

De acordo com a PRF, a suspeita é que eles tenham planejado a ação. A polícia também informou que os assaltantes usavam máscaras, e por isso ainda não a pistas que possam identifica-los.

Fonte: N Demais

# **MPDFT e Polícia Civil realizam buscas na casa de Robério Negreiros**



O deputado Robério Negreiros (PSD) é alvo da terceira fase da Operação Absentia deflagrada, nesta manhã de quinta-feira (29/8), pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), com apoio da Polícia Civil do DF.

Promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e da equipe da Procuradoria-geral de Justiça do DF cumprem mandados de busca e apreensão na casa do deputado no Lago Sul e na residência do servidor Arlécio Gazal.

Há suspeita de que Robério Negreiros, que é dono de empresa de segurança, falsificou mais de 50 listas de presença, com a ajuda de Arlécio. Eles podem ser denunciados pelos crimes de peculato e de falsidade ideológica. Há dois meses, Robério foi alvo de buscas.

**Os investigadores recolheram documentos nas empresas de segurança da família e no gabinete do distrital na Câmara Legislativa.**

## **Outro lado**

Em nota, a defesa de Negreiros diz que o parlamentar “estranha o fatiamento das diligências — a terceira — já que tem mantido uma postura colaborativa com as investigações. Os questionamentos sobre aferição de presenças estão sobejamente esclarecidos na manifestação unânime da Mesa Diretora da CLDF, amparada em pareceres técnicos que atestam a inexistência de normatização interna para o controle de frequência.”

Fonte: Correio Braziliense



# Jereissati engana trabalhadores com propostas de mudanças na reforma

**Propostas de mudanças na reforma da Previdência feita pelo relator do texto no Senado, que em tese favoreceriam os trabalhadores, vão precisar de uma PEC Paralela. Governo pode simplesmente ignorar propostas**



O relator da reforma da Previdência no Senado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), tenta enganar a classe trabalhadora ao sugerir mudanças que, em tese, favoreceriam trabalhadores, viúvas e órfãos.

A maioria das propostas que ele fez diminuindo o prejuízo dos brasileiros não está no texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019, aprovada pela Câmara dos Deputados, estão em uma PEC Paralela, que precisa de 27 assinaturas para começar a tramitar no Senado. O governo, portanto, pode simplesmente ignorar as sugestões do Senado e nunca enviar uma nova PEC com alterações nas regras de concessão de benefícios previdenciários. Ou, ainda, a própria Câmara engavetar as sugestões.

Para Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), o tucano Tasso Jereissati deu com uma mão e tirou com a outra, por medo do texto ter muitas alterações e ser necessária uma nova aprovação na Câmara.

“Temos duas casas legislativas e o Senado é a Casa revisora. Qual o problema em revisar o que está errado, ilegal e inconstitucional”?, questiona Adriane, que complementa : “É a

pressa em aprovar a reforma da Previdência do jeito que está porque até o governo apresentar uma nova PEC, e isto a gente nem tem certeza se vai acontecer, vai valer o texto da reforma, se for aprovada em dois turnos pelo Senado”, critica.

***Não há garantias de que o governo vá apresentar uma nova PEC da reforma para incluir as propostas do Senado menos ruins para os trabalhadores- Adriane Bramante***

**Entenda as propostas do relator que precisam de uma PEC Paralela**

## **Pensão por morte**

A reforma da Previdência aprovada pela Câmara reduz o valor da pensão para 50% mais 10% por dependente. Com isso, uma viúva ou viúvo, dependentes, receberiam apenas 60% do valor da pensão e não mais os 100% como é hoje. A cada dependente menor de 18 anos seriam acrescidos 10%.

Pela nova proposta do relator no Senado, a cota dos dependentes menores de 18 anos subiria de 10 para 20%. Assim, uma viúva com dois filhos menores receberia 100% do valor do benefício ao qual o segurado tinha direito, e não mais quatro filhos como propõe a Câmara.

## **Aposentadoria por incapacidade permanente**

Pelo texto da Câmara, o benefício deixaria de ser 100% da média salarial como é hoje, e passaria a ser 60% mais 2% a cada ano de contribuição que ultrapassar 20 anos. O trabalhador só terá direito a 100% sobre sua média salarial em casos de acidente de trabalho, doenças profissionais e doenças do trabalho.

Pela nova proposta do relator serão acrescidos 10% à média salarial na aposentadoria por incapacidade em caso de acidente fora do trabalho.

## **Tempo de contribuição dos homens**

Hoje, mulheres e homens têm de contribuir no mínimo 15 anos para se aposentar por idade,

de 60 anos para elas e 65 anos para eles.

Pelo texto aprovado na Câmara os homens continuam se aposentando por idade com 15 anos de tempo de contribuição. Mas só vão receber 2% a mais por cada ano contribuído, a partir do 21º ano de contribuição, enquanto as mulheres receberão o acréscimo a partir do 16º ano.

Já os homens que ainda não entraram no mercado de trabalho só teriam direito à aposentadoria por idade, a partir dos 20 anos de contribuição.

**A nova proposta** mantém os 15 anos de contribuição para homens que ainda não entraram no mercado de trabalho.

Inclusão de estados e municípios na reforma

Estados e municípios foram retirados na tramitação da PEC na Câmara dos Deputados.

Pela nova proposta, uma PEC Paralela garante a adoção das regras aprovadas para a União também para os estados e municípios, desde que as Assembleias Legislativas aprovem propostas nesse sentido.

O estado que aprovar a adoção das regras terá os municípios com regimes próprios de previdência automaticamente incluídos, a não ser que as Câmaras de Vereadores aprovem projetos pedindo sua exclusão, em até um ano após a vigência das regras.

### **O que não precisa de uma PEC Paralela**

As únicas propostas feitas pelo relator no Senado que não precisarão de uma PEC Paralela para passar a valer, caso o texto seja aprovado, são o BPC e a aposentadoria especial, cuja transição será mais fácil do que a aprovada pela Câmara.

### **Benefício de Proteção Continuada Benefício (BPC)**

Segundo o texto aprovado na Câmara, o BPC, no valor de um salário mínimo (R\$ 998,00) que hoje é pago a idosos e deficientes físicos de baixa renda só poderá ser pago para famílias com renda de até 1/4 do salário mínimo (R\$ 249,50), por pessoa.

Na nova proposta, o relator retirou por completo da Constituição o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Jereissati, a inserção do critério na Constituição impediria decisões judiciais favoráveis a famílias carentes, mas com renda levemente superior, que ganham entre R\$ 300 e R\$ 400 por mês.

### **Aposentadoria Especial**

Já a concessão de aposentadoria especial terá uma transição será mais fácil do que a aprovada pela Câmara.

Hoje o trabalhador em ambientes que trazem risco à saúde pode se aposentar com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, conforme a gravidade da exposição.

Na Câmara, foi instituído tempo mínimo de contribuição, idade mínima e uma pontuação para ter a aposentadoria especial.

A nova proposta retira das regras de transição a necessidade de acrescentar um ponto a cada ano, mas mantém a previsão de exigências diferentes a quem trabalhou em área insalubre.

Se aprovadas, as novas pontuações para trabalhadores em atividades insalubres ficam assim:

66 pontos para atividades que exijam 15 anos de efetiva exposição

76 pontos para atividades que exijam 20 anos de efetiva exposição

86 pontos para atividades que exijam 25 anos de efetiva exposição

Para a presidente do IBDP, Adriane Bramante, se o relator da PEC no Senado mantivesse as regras aprovadas para a aposentadoria especial, o trabalhador em atividade insalubre jamais conseguiria se aposentar.

“Aumentar um ponto a cada ano inviabilizaria a aposentadoria especial. Por isso, foi importante a supressão dessa regra”, avalia.

O relatório do senador Tasso Jereissati foi apresentado nesta terça-feira (28) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB/MS) concedeu prazo para os senadores analisarem o relatório, que vai até a votação na comissão, agendada para o dia 4 de setembro (quarta-feira).

Com informações da Agência Senado

Fonte: CUT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF